

Empresário pede ação do governo do Pará contra madeireiras ilegais

Líder do setor diz que ação de firmas clandestinas prejudica demais empresas

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Danilo Remmor, pediu ontem ao governador Almir Gabriel (PSDB) providências contra as madeireiras ilegais que atuam no Estado. Segundo Remmor, é preciso combater “aqueles que devastam a floresta e auferem altos lucros sem qualquer responsabilidade social”.

Remmor disse que a ação de madeireiras clandestinas está prejudicando as demais empresas do setor, que pagam impostos, cumprem a legislação ambiental e são responsáveis por cerca de 200 mil

empregos no Estado. Segundo o presidente da Fiepa, as madeireiras clandestinas pagam quantias irrisórias a habitantes das margens dos rios para retirar madeiras nobres como mogno, cedro e acapu, exportadas para o exterior. “É uma concorrência ilegal e desleal”, comentou.

Empresários, políticos e ecologistas estiveram reunidos ontem com o governador Almir Gabriel, que prometeu “endurecer o jogo” contra as madeireiras clandestinas. Ele garantiu que

vai usar o contingente policial do Estado e adotar medidas como barreiras nos rios e estradas para coibir os abusos.

O governador disse que a repressão às madeireiras clandestinas é uma forma de evitar a concorrência desleal com os projetos de manejo florestal que atuam dentro da lei. Segundo Gabriel, quem for flagrado derrubando a floresta sem apresentar plano de manejo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) será autuado.

Gabriel disse ter testemunhado, domingo, em Senador José Porfírio, na região do Rio Xingu, balsas transitando com tratores e toras de madeira. Moradores

informaram que aquilo era comum na região.

Dentro de dez dias, de acordo com o secretário de Produção do Estado, Simão Jatene, o projeto de combate às madeireiras ilegais será detalhado e

DEPUTADO
CRITICA
FALTA DE
FISCALIZAÇÃO

submetido à Consultoria Geral do Estado. “Quem for flagrado terá a madeira apreendida com os equipamentos”, disse.

O prefeito de Porto de Moz, no oeste paraense, Gerson Dias (PSDB), estima que somente na região de Altamira são retirados ilegalmente 70 mil metros cúbicos de madeira por mês. “O roubo é maior na região cortada pela Santarém-Cuiabá, onde o Ibama não fiscaliza nada”, criticou o deputado federal Nicias Ribeiro (PSDB-PA).